

# A VELHA GUARDA

Orgão local do Partido Republicano Português

Editor:

Propriedade da Empresa de A Velha Guarda

Redactor principal:

JOAQUIM DE ALMEIDA GUIMARAES

AUGOSTINHO F. ROCHA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:—RUA ELIAS GARCIA, 46 — Composto e impresso na Tip. de A VELHA GUARDA—Rua Elias Garcia, 45 — GUIMARÃES

## UMA SENTENÇA

Consta que a auditoria administrativa de Braga anulou todos os actos praticados neste concelho para a eleição da Junta Geral e Câmara, não considerando proclamados os cidadãos que apresentaram a sua candidatura e julgando irritado e nulo o simulacro de eleição a que se procedeu em S. Torcato.

Ainda não vimos a sentença e, por isso, ignoramos em que se fundamenta o Juiz Auditor para tomar a orientação que tomou. É um caso jurídico a resolver, agora affecto ao Supremo Tribunal Administrativo, que sobre ele pronunciará a última palavra, que pode não ser de justiça, mas que todos teremos de acatar.

Não tínhamos a intenção de nos referir a este caso sem que, primeiro, os Tribunais, definitivamente, se pronunciassem; apoz a publicação do edital que considerava eleitos, nos termos do artigo 14.º da Lei Eleitoral, os únicos candidatos apresentados, em número precisamente igual aos que tinham de se eleger, toda a discussão na imprensa, e mais actos que se praticaram, redundavam num inútil e caricato estrebuchar de que nenhum resultado prático se poderia obter.

E, se o fazemos agora, é simplesmente para que se não diga que a sentença do auditor nos surpreende e incomoda de tal forma, que nem nos atrevemos a tocar no assunto.

Não. Daqui, do lado de «A Velha Guarda», tem havido e haverá sempre a maior das serenidades, por isso que não nos movem vis paixões, e só trabalhamos, sempre com sacrifício nosso pessoal, a favor duma ideia que nos parece ser a mais útil para a República e para os interesses desta terra. Esta única orientação nos guia e, pairando muito acima de tudo quanto seja o ódio ou intriga pessoal, o vasculhar das vidas íntimas e a mísera ambição de penachos que nos não envidescem e só prejudicam, nunca nos poderemos desconcertar, seja qual for o desenlace dos actos que praticarmos, e que serão sempre noteados pela intenção honesta de servirmos a República e a nossa terra, sem quaisquer outras preocupações de mesquinha ordem pessoal.

Um ataque violento, feroz, nos tem sido dirigido. Pois é, precisamente, esse ataque que melhor nos tem colocado perante a nossa própria consciência e perante a de todos aqueles que não sejam facciosos e vãos de intellecto. Esse ataque, tendo sido constituído, exclusivamente, de calúnias e insultos de natureza pessoal, dirigido por quem tem as mesmas responsabilidades que nós e indo buscar as forças únicas, que o podem manter, aos inimigos do regimen, está por si

próprio definido e o seu valor só serve para mostrar, que nos actos que temos praticado, nada há que possa pôr em dúvida a nossa dedicação desinteressada, mais do que desinteressada, porque vai até ao sacrifício pessoal, pela República, por Guimarães.

Não; a sentença do auditor não nos afflige e só nos incomodaria se dela, necessariamente, resultasse a empalmeação do Município pelos monárquicos; mas, quanto a este ponto, ainda temos esperanças de que tal não sucederá, e, quanto à boa ou má interpretação que se tenha dado à lei, bastar-nos-ia, para nosso sossego, a opinião unânime de advogados ilustres e de diversos partidos que foram consultados, e cuja autoridade é mais do que sufficiente para nos cobrir dum pretendido desaire, que nunca nos poderia atingir.

Deu ensejo a sentença a que os nossos inimigos novamente nos insultassem, empregando as mesmas frases, as mesmas palavras, os mesmos processos e argumentos de que se servem os rufias e regateiras ignorantes e sem educação: com isso mais uma vez, claramente, se definiram e, quando muito, poderiam contribuir para que nos arrependessemos de os termos tido por amigos e, de tantas vezes e por forma que nem quemquer facilmente esqueceria, lhes termos provado a nossa desinteressada dedicação.

Já, antes, a propósito do edital, o destrambelhar de correrias para o Governo Civil, como se o Poder Executivo alguma coisa tivesse com o assunto, as ameaças de prisão, e as intencões de fazer as eleições intimidando-nos e violentando-nos, tudo isso, só nos fez rir. Agora, os comentários a propósito da sentença, tal como veem, são-nos indifferentes, porque se valem alguma coisa é só para pôr em contraste os nossos processos e os daqueles que nos odeiam.

## VARIANTES

### Violências

Três casos graves, com pequenos intervalos, succederam ha poucos dias no Pôrto e que provocaram uma indignação e revolta profundas à minha consciencia de republicano.

Um d'elles foi a agressão, a tiro, realisada contra um preso monárquico, quando era transferido, sob prisão, de uma para outra cadeia. Poucos dias depois deu-se um incidente não menos desagradável e que merece toda a minha reprobção. Tendo algumas pessoas mandado dizer uma missa pelos monárquicos mortos na incursão de Chaves em 1912, o templo em que se celebrava esse acto religioso foi invadido por um grupo de individuos que agrediram os assis-

tentes. Segundo o relato de vários jornais, esses individuos iam armados de cacetes e cordus de moços de fretes.

Embora, da parte das pessoas que assistiram à missa, houvesse uma evidente provocação aos sentimentos republicanos da população da cidade do Pôrto, visto que várias senhoras e homens ostentavam símbolos e insignias do regime monárquico, conforme também vi nos jornais, semelhantes factos não reclamam só a mais severa reprobção, exigem uma reprimenda eficaz que sirva de lição a quem tente reeditar estas proezas.

Como era de esperar, assim, e muito bem, o entendeu o governo conforme se vê da noticia que transcrevo de um jornal de Lisboa:

«O sr. presidente do ministério, logo que teve conhecimento dos factos passados na igreja dos Congregados, do Pôrto, telegraphou ao sr. governador civil, ordenando um rigoroso inquérito».

Por seu lado, as autoridades do Pôrto, não querem que fique impune esta violência que ofendeu, sem dúvida, os sentimentos dos verdadeiros republicanos, conforme se vê da leitura desta noticia, publicada nas colunas do brilhante jornal republicano «O Norte»:

«Incidente da Igreja dos Congregados—Convite.—Convidam-se todas as pessoas que possam prestar esclarecimentos sobre os factos ocorridos na Igreja dos Congregados em 12 do corrente, a virem fazê-lo à Policia de Investigação Criminal (Edificio do Dispensário) nos próximos dias 17, 18 e 20 do corrente, entre as 13 e 17 horas».

É preciso, repito, que esta espécie de novos «trauliteiros» seja punida para que se não repita um caso idêntico ao da intervenção do sr. Sidónio Pais, no caso dos presos políticos de 1918 no Pôrto.

É certo que o sr. Sidónio Pais os libertou, impressionado, compadecido e revoltado com as barbaridades que verificou e que lhe fizeram pronunciar a frase — *Isto é horrível!*, mas não castigou os seus carrascos. O seu acto, perdeu, deste modo, todo o seu significado e todo o seu valor e a impunidade dos verdugos animou-os a novas selvagerias que tiveram o seu epilogo tenebroso no Aljube e no Eden-teatro.

Agora, por último, novo caso grave se dá, contra o jornal diário «O Debate» em cuja redacção foi agredido a bengalada e a tiro o jornalista, sr. Mário Carregal.

Este acto, que nada desculpa ou justifica, ainda mais me dói por ver nêle um criminoso atentado contra um jornal, contra a Imprensa, que deve ser, desde que não saia fóra das leis que, regulam o exercicio da sua liberdade, uma tribuna sagrada, líberima, digna do respeito de todos.

Não! Para honra da República, tais actos não podem, não devem ficar impunes. Eu, aqui, lavro o meu mais solene e veemente protesto contra estas violências que enodoam e aviltam o regime, que tem de ser rigorosamente de liberdade e de tolerância por todas as opiniões, desde que não ofendam os principios das leis.

E se acaso, quem as pratica se julga republicano, se supõe, com isso, servir a República, labora no maior e mais completo erro.

A. R.

## ESPIRITO NOVO

O que caracteriza o tratado de Versailles é o espirito novo que dele há de irradiar para o mundo. Podem as suas clausulas não ter agradado a muitos, não ter satisfeito todas as aspirações nacionais. Mas o beneficio que desse memoravel documento há de resultar para a humanidade, ninguém o poderá contestar. E é sob este ponto de vista que tem de ser apreciado.

Não há dúvida alguma de que o tratado inaugura uma nova ordem jurídica e uma nova era económica e internacional. É um mundo que se abre diante de nós, um mundo melhor, mais confiante e mais belo.

O espirito novo é sinónimo de progresso. A Democracia triunfa. É este o verdadeiro significado da Paz que celebramos. Pode a vitória ser mais ou menos laboriosa. Mas nem por isso deixará de ser a vitória dos principios em que devem basear-se os regimes verdadeiramente democraticos do futuro.

Magalhães Lima.

## Ralham as comadres...

Do «Primeiro de Janeiro», de ante-ontem, recortamos a seguinte noticia, que achamos interessante e oportuno inserir, para que se avalie como reina a *boa harmonia* entre as hostes couceiristas:

Madrid, 17—O jornal *La Concordia*, desta cidade, insere um novo artigo do conde de Penela relativo aos monárquicos portugueses que enviaram ao jornal «El Sol», de Madrid, uma carta que foi publicada no dia 8.

Afirma o sr. conde de Penela que o sr. Paiva Couceiro maneja e maneja ainda com dinheiro que lhe foi entregue e de que se apoderou recentemente em Portugal sem o empregar em coisas úteis para a nação. O sr. conde de Penela diz que os majores Joaquim Rangel e Cardoso de Menezes não conseguiram anular as suas acusações contra Paiva Couceiro, pois confirmam em absoluto o que ele afirmou na *Concordia*.

O sr. Rangel dá-lhe razão no que diz respeito à retirada de fundos da sucursal do Banco de Portugal para ocorrer aos gastos com a coluna couceirista e dos quais uns 16 contos foram deixados em poder de Paiva Couceiro. Esta confissão do sr. Rangel—diz o conde de Penela—faz com que se não possa duvidar das minhas afirmações de que em poder de Paiva Couceiro se encontram quantias importantes que, em vez de serem restituídas à nação, o chefe realista emprega em proveito próprio.

O conde de Penela relata no seu artigo a conversa que teve com o major Alberto Cardoso de Menezes, governador civil do Pôrto durante o periodo da Junta do Norte, afirmando que aquele lhe falou no grande movimento de monárquicos portugueses em Madrid, onde Cardoso de Menezes viu alojados no Hotel Ritz individuos cujas fortunas lhes não permitiam esse luxo.

Outros jogavam ás mil pesetas

cuja origem é inexplicavel. O conde de Penela termina dizendo que se faz esta campanha contra Paiva Couceiro é porque depois do fracasso da causa realista, ainda há monárquicos de boa-fé, que são ofendidos com as palestras e acções dos companheiros de Paiva Couceiro. Acrescenta que pode apresentar uma infinidade de provas acerca do que afirma, o que fará noutro artigo.

N. da R.—A carta publicada em «El Sol» era assinada pelos srs. Firmigino Teixeira Guedes, António Teixeira da Rocha Pinto, Jaime Carvalho da Silva, Carlos Ribeiro Borges, Rogerio Augusto Afonso e Brito de Vasconcelos Menezes de Magalhães, que foram officiais superiores do exercito português, do qual hoje se acham separados.

Depois de afirmarem que o objectivo da campanha levantada pelo sr. conde de Penela é apenas estabelecer uma polémica pessoal com o sr. Paiva Couceiro, escrevem:

«O sr. Penela, antigo official do exercito português, carece em absoluto de autoridade para imiscuir-se em assuntos que de algum modo affectem a politica monárquica portuguesa, visto que na primeira tentativa de restauração do trono de Portugal, sob o comando de Paiva Couceiro, desertou ao aproximarem-se as tropas republicanas».

«O sr. Penela não é considerado como filiado no Partido Monárquico Português, visto que em 1916 ou 1917 publicou um livro acentuadamente anglofobo por motivos e com fins que ignoram, e cuja matéria está em completo desacôrdo com a politica tradicional da monarchia portuguesa».

## A Consagração da Paz

### A Festa da Vitória

Conforme previmos em o nosso número passado, não passou nesta cidade despercebido o dia 14 de Julho, data escolhida para a celebração da assinatura do Tratado da Paz, cujo programa, que publicamos, foi integralmente cumprido.

Assim, pelas 18 horas, saiu do Quartel do Propósito o cortejo cívico, tendo se incorporado nêle o digno Comandante Interino do regimento de Infantaria 20, sr. Duarte do Amaral, com os officiaes e um grupo de soldados que ladeava um artistico carro alegórico, que representava uma fortaleza, levando duas figuras naturais que simbolisavam uma a Vitória e outra a Paz.

A seguir incorporavam-se o inspector escolar interino, a Câmara Municipal, representada pelo seu digno vice-presidente, sr. dr. Alfredo Fernandes e pelos vereadores srs. José Fernandes Guimarães e António Guise, levando o estandarte o secretario, sr. José Maria Gomes Alves, reitor do Liceu Central, representantes dos jornais republicanos «Alvorada» e «A Velha Guarda», bombeiros voluntários, todas as colectividades da cidade com os seus estandartes e duas bandas de musica que, durante

o percurso, executaram os hinos das nações aliadas, a «Portuguesa» e a «Maria da Fonte».

O cortejo dirigiu-se pelo itinerário que publicamos, ao quartel de infantaria 20, a fim de saudar este regimento sendo aguardado à porta das armas pela banda regimental que, à sua chegada, executou o hino nacional.

Na sala dos srs. oficiais, o sr. dr. Alfredo Fernandes, em nome da Câmara, pronunciou um brilhante discurso de louvação ao bravo regimento de infantaria 20, dirigindo estas saudações ao ilustre comandante interino, sr. Duarte do Amaral, enalteçando o valor, a coragem e o heroísmo com que se distinguiu nos campos de batalha da França e da África.

Em seguida o sr. comandante interino agradeceu as saudações que o sr. dr. Alfredo Fernandes dirigiu ao regimento que tinha a honra de comandar, prestando também o seu preito de adoração e homenagem a todos os que, patriótica e abnegadamente, soberam brilhantemente honrar o nome de Portugal.

Terminou S. Ex.<sup>a</sup> por abraçar os oficiais presentes que tomaram parte na Grande Guerra, tornando extensivo este amplexo a todo o batalhão expedicionário e por levantar vivas ao Exército, à Pátria, à República e às nações aliadas, que foram entusiasticamente correspondidos pela assistência.

Terminada esta tocante cerimónia, pôz-se novamente em marcha o cortejo, em direcção ao Teatro D. Afonso Henriques, onde se realizou a sessão solene tendo presidido o sr. general Flores, secretariado pelos srs. Simão da Costa Guimarães, digníssimo Comandante dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e o nosso presado amigo sr. A. L. de Carvalho.

É nos impossível dar o *compendio* dos brilhantes discursos dos srs. dr. Alfredo Fernandes, dr. Alfredo Dias Pinheiro e A. L. de Carvalho que se referiram todos, em termos calorosos, à vitória da raça lusitana, prestando homenagem aos bravos soldados portugueses que se bateram pela causa sagrada do Direito e da Justiça bem como às nações aliadas, sendo no final dos seus primorosos discursos, intensamente aplaudidos pela assistência que, liberalmente, enchia a sala de espectáculos do nosso teatro.

Encerrando a sessão, o sr. general Flores agradeceu a todos os oradores e felicitou-os pelo brilho que deram à sessão solene, com a sua palavra, sendo erguidos vibrantes e calorosos vivas à República, à Pátria, ao Exército, ao regimento de infantaria 20 e às nações aliadas.

A banda regimental, no final dos discursos, tocou o hino nacional. Pelas 21 horas, principiou, no passeio público, o concerto pela banda regimental tendo sido executado um escolhido programa que foi muito apreciado pela justeza da execução, que foi primorosa.

O jardim, profusamente iluminado a copinhos e lumes vivos por todo o arrelvado, oferecia um aspecto deslumbrante, fazendo realçar as lindas *folletes* claras e vaporosas das senhoras.

A concorrência era enorme, durante o concerto foi queimado um visto-o e variado fogo de artifício.

O quartel de infantaria 20, Câmara Municipal, Associação Comercial, Centro Democrático Vimaranesense, Distrito de Recrutamento n.º 20, Guarda Republicana e Administração do Concelho, bem como outros edifícios públicos, iluminaram as suas fachadas.

Muitas casas particulares também adornaram e embaudeiraram as suas fronteiras.

Reinaremos afirmando que, embora o programa das festas da Paz fosse organizado quasi à última hora, a cidade de Guimarães festejou condegnamente o histórico dia que, profundamente, há de influir nos destinos da humanidade.

### Governador Civil de Braga

Ante-ontem tomou posse do cargo de Governador Civil deste distrito, o nosso ilustre correligionário sr. dr. João Caetano da Fonseca Lima, de Espozende.

Republicano da velha guarda, nós conhecemo-lo do tempo da propaganda e sabemos o quanto Sua Ex.<sup>a</sup> é estimado por todos os republicanos. Sabendo-o homem de princípios e de muito amor à República, nós esperamos de Sua Ex.<sup>a</sup> uma bela administração e o cumprimento da circular do Ex.<sup>mo</sup> Presidente do Ministério, sr. Sá Cardoso.

### Consórcio

Deve realizar-se brevemente o enlace matrimonial do nosso simpático conterrâneo, sr. Paulo Lobo Machado, filho do saudoso vimaranense sr. Pedro Lobo e neto do sr. Visconde do Paço de Nespereira (Gaspard), com a ex.<sup>ma</sup> sr.<sup>a</sup> Dona Joana de Sousa Correia Leite de Almada (Viamonte da Silveira), gentilíssima e estremeçada filha do sr. Visconde de Viamonte da Silveira.

Antecipadamente desejamos aos noivos um futuro repleto de venturas.

### «O Norte»

No tribunal do 2.º distrito criminal do Porto, respondeu ante-ontem o nosso distinto correligionário sr. Dionísio Ferreira dos Santos Silva, editor do nosso presado colega «O Norte», por supostas ofensas ao sr. Sidónio Pais, ao Solari Alegre e seus amigos da «Tralutânia», sendo absolvido.

Presidiu á audiência o juiz sr. dr. Pereira Coentro, representando o Ministério Público o sr. dr. Pinheiro Torres e a defesa o ilustre director de «O Norte», sr. dr. Marques Guedes.

Felicitemos calorosamente este nosso intemerato e brilhante colega portuense.

### Fiscalização dos Impostos

Foram ultimamente promovidos a chefes fiscaes dos impostos os nossos amigos e correligionários, srs. José Joaquim Pereira da Costa e Manuel Madureira, aos quais apresentamos as nossas felicitações.

### Feiras francas de S. Gualter

Aproximam-se os dias em que se realizam as feiras francas de S. Gualter no Campo da República do Brasil.

A digna Associação Comercial não se poupa a esforços a fim de que elas atinjam o maior brilho possível.

Para isso já contratou a excelente banda de Infantaria 8 para um concerto, no jardim público, a realizar na noite do dia 4.

As iluminações no dito largo e no jardim público prometem ser deslumbrantes.

No local da feira já se encontram instaladas grande número de barracas, tendo principiado na passada quinta-feira e continuando nestas e aos domingos a tocar ali a banda regimental de Infantaria 20.

### Dr. Sousa Keto

Acaba de abrir o seu cartório de notário, no Campo da Misericórdia, desta cidade, o nosso amigo e distinto correligionário, sr. dr. José de Sousa Keto.

Aprez-nos registar que o notariado de Guimarães conte mais um republicano e cremos bem que Sua Ex.<sup>a</sup> será um funcionário distinto, atentas as suas qualidades de trabalho, pois que já desempenhou cargos públicos como seja o de Oficial do Registo Civil em Sattam.

«A Velha Guarda» apresenta-lhe as suas saudações.

### Dr. Alfredo Dias Pinheiro

A seu pedido, foi transferido para o Liceu da Horta, o sr. dr. Alfredo Dias Pinheiro, distinto professor do nosso Liceu Central.

### Pelo Exército

Tendo sido promovido por distinção ao posto de General o ilustre comandante da 8.ª Divisão do Exército, sr. Domingues Peres, foram sexta-feira a Braga cumprimentar Sua Ex.<sup>a</sup> os srs. tenentes-coroneis Alcino Machado e Duarte Amaral, capitão António José Teixeira de Miranda e alferes sr. José António de Matos Junior.

— A Ordem do Exército n.º 14, de 28 de Junho último, insere, entre outras disposições, o seguinte: coloca no E. M. I o coronel sr. Romeiras de Macedo; promove á tenentes os srs. alferes Joaquim Lopes de Sousa, Domingos José Vieira de Andrade e José Antunes Prazeres; coloca no R. I. n.º 20, como comandante, o tenente-coronel sr. Alcino Machado; no R. I. R. n.º 20 o tenente-coronel sr. José António de Araujo Júnior e como seu ajudante o tenente sr. Silvestre José Barreira; confirma a colocação na Guarda Fiscal do capitão sr. José Marcelino Barreira; ordena a passagem a Guarda Nacional Republicana do alferes de Infantaria n.º 20 sr. José Ribeiro da Costa; coloca no Distrito de Recrutamento n.º 20, como encarregado dos Serviços de Estatística, o tenente do Quadro de Reserva sr. Augusto Cesar Salgado e no Regimento de Infantaria n.º 20, pelo haver pedido, o alferes miliciano sr. Joaquim Ribeiro de Castro Meireles.

— A circular da Secretaria da Guerra n.º 76, de 9 do corrente mês, manda dispensar dos serviços que estão prestando, e por lei lhes não são cometidos, todos os oficiais de reserva reformados.

Uma outra circular da mesma procedência, e de igual data, ordena o licenciamento imediato: a) de todos os oficiais que o requeriram; b) dos milicianos que sejam funcionários do Estado e dos Municípios, desde que não tenham feito parte do Corpo Expedicionário ou das expedições ao Ultramar; c) de todos os oficiais milicianos classificados para o serviço moderado.

Também por ordem da Secretaria da Guerra foram mandados licenciar imediatamente todos os aspirantes a Oficial médico miliciano.

### Dr. Jerónimo Rocha

Tomou ontem posse do lugar de sub-delegado do Procurador da Republica nesta comarca, o nosso querido amigo, sr. dr. Jerónimo Martins da Rocha, que lhe foi conferida pelo meretíssimo Juiz de Direito.

As nossas felicitações.

### Carteira

Passa hoje o aniversário natalício do nosso querido amigo e velho republicano, sr. A. L. de Carvalho, que na imprensa tem afirmado as suas qualidades de jornalista correcto e consciencioso.

Por tal motivo, «A Velha Guarda» envia-lhe os seus afectuosos parabéns.

Parte brevemente para o Rio de Janeiro, onde vai dedicar-se ao comércio, o nosso amigo sr. António Dias Ferreira.

Desejamos-lhe um futuro muito feliz e boa viagem.

Encontra-se enfermo o sr. António Vieira de Andrade, a quem desejamos rápidas melhoras.

### Juiz de Direito substituto

Foi ultimamente nomeado para este cargo, o sr. Cónego José Maria Gomes, ilustre professor do Liceu Central Martins Sarmiento e antigo deputado evolucionista por este círculo.

### Tenente Januário Lopes de Sousa

Acaba de ser promovido a tenente o nosso querido amigo sr. Januário Joaquim Lopes de Sousa, distinto alferes de Infantaria n.º 20, que nos campos da batalha se bateu galhardamente pela Pátria, sendo ferido em combate.

Saudamos sinceramente o distinto oficial que tão nobremente honrou a sua farda e o seu regimento.

### Obituário

Com 31 dias apenas, faleceu, ante-ontem, a inocente Aida Larangeiro dos Reis, filha querida do nosso amigo sr. Camilo Larangeiro dos Reis, estimado negociante desta cidade.

## ADELINO LEITE DE FARIA

compra, por altos preços, faianças antigas, sédas, damascos, gravuras, joias, etc. etc.

R. Elias Garcia (antiga de Santa Maria), 55 - GUIMARÃES

## Banco de Seguros

CAPITAL 3000 CONTOS

Rua da Vitória, 75 — Lisboa

Efectua seguros contrato dos os riscos, incluindo greves, assaltos e accidentes de trabalho.

Agencia em Guimarães

Casa Moutinho

Praça Dom Afonso Henriques, 78 a 82

### Uma sentença

O artigo que, sob esta epigrafe, publicamos hoje, em fundo, era para sair no nosso último número o que não pôde ser por ter chegado tarde à tipografia.

### «O Debate»

Este nosso presado colega portuense, na madrugada do dia 17 do corrente, foi vítima de um atentado na pessoa do seu redactor, sr. Mário Carregal, que ficou bastante ferido, em virtude de bengaladas e tiros que recebeu de um grupo de individuos que áquela hora penetraram na sede daquele jornal.

Protestando contra esta violência, afirmamos-lhe os protestos da nossa solidariedade jornalística.

### Original

Por falta de espaço, deixamos de publicar, hoje, bastante original e, entre éle, uma carta do nosso amigo sr. José Gomes, o que faremos no próximo número.

### Expediente

Tendo a segunda fase de «A Velha Guarda», completado 4 meses de existência, vamos proceder á cobrança do 1.º semestre.

Aos nossos presados assinantes da cidade, ser-lhes há apresentado o recibo pelo cobrador, dignando se honrar-nos com o seu bom acolhimento.

Aos do concelho e de fora nós vimos pedir-lhes a fineza de nos enviarem a importância do 1.º semestre, evitando nos despesas com a cobrança pelo correio.